

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 25 de Maio de 1.988, 4359 da fundação de São Paulo. JÂNIO DA SILVA QUADROS, PREFEITO CLÁUDIO LEMBO, Secretário dos Negócios Jurídicos...

DECRETO Nº 25.969, DE 25 DE Maio DE 1988 Dispõe sobre permissão de uso, a título precário e gratuito, de área municipal localizada no 139 subdistrito - Butantã.

JÂNIO DA SILVA QUADROS, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e na conformidade do disposto no art.65, parágrafo 3º, do Decreto-Lei Complementar Estadual nº 9, de 31 de dezembro de 1969.

Art. 1º - Fica permitido ao "Centro de Reabilitação e Habilitação Intelectual - CEMER" o uso, a título precário e gratuito, de área de propriedade municipal situada à Rua Professor José Callender dos Reis, no 139 subdistrito - Butantã, para a implantação de equipamento destinado ao desenvolvimento de suas atividades assistenciais, consistentes no atendimento de crianças excepcionais.

Art. 2º - A área referida no artigo anterior, configurada na planta anexa nº A-9683, do arquivo do Departamento Patrimonial, que, rubricada pelo Prefeito, fica fazendo parte integrante deste decreto, assim se descreve: delimitada pelo perímetro 6-7-3-4-5-6, de formato regular, com cerca de 1.125,88 m² (mil cento e vinte e seis metros quadrados), confrontando para quem do dentro da área alta para a Rua Professor José Callender dos Reis (antiga Rua 1); para frente: linha curva 7-3, medindo mais ou menos 22,00 metros, com a Rua Professor José Callender dos Reis, segundo seu alinhamento; pelo lado direito: linha quebrada 3-4-5, medindo mais ou menos 48,18 metros, assim parcelada: trecho 3-4, linha reta, medindo mais ou menos 24,09 metros, com o imóvel nº 94 da Rua Professor José Callender dos Reis; trecho 4-5, linha reta, medindo mais ou menos 24,09 metros, com o imóvel nº 96 da Rua Dr. Raphael de Oliveira Pirajá; pelo lado esquerdo: linha reta 6-7, medindo mais ou menos 44,00 metros, com o espaço livre; pelos fundos: linha reta 5-6, medindo mais ou menos 25,00 metros, com a Rua Dr. Raphael de Oliveira Pirajá, segundo seu alinhamento.

Art. 3º - Do termo de permissão de uso, a ser formalizado no Departamento Patrimonial, além das cláusulas normais, deverá constar que o permissor ficará obrigado a:

- a) não utilizar a área para finalidade diversa da prevista no artigo 1º, devendo nela construir as edificações necessárias à instalação e bom funcionamento do equipamento social previsto; b) apresentar, para aprovação pelos órgãos técnicos da Prefeitura, no prazo máximo de 1 (um) ano, a partir da lavratura do competente termo de permissão de uso, os projetos e memoriais das edificações a serem executadas, que deverão atender às exigências legais pertinentes, especialmente aos limites de ocupação e aproveitamento previstos no artigo 44 da Lei nº 7.683, de 30 de dezembro de 1971 (PDDI); c) iniciar as obras no prazo máximo de 2 (dois) anos, a contar da aprovação dos projetos, e concluí-las dentro de 2 (dois) anos, após o seu início; d) não ceder o imóvel, no todo ou em parte, a terceiros; e) responder, inclusive perante terceiros, por eventuais danos resultantes de obras, serviços e trabalhos que executar na área; f) não permitir que terceiros se apossam do imóvel, bem como dar conhecimento imediato à Prefeitura de qualquer transferência de posse que se verificar; g) zelar pela limpeza e conservação do imóvel, devendo providenciar, às suas expensas, quaisquer obras de manutenção que se fizerem necessárias; h) responder, perante o Poder Público, pelos eventuais impostos, taxas e tarifas incidentes sobre o imóvel; i) arcar com todas as despesas oriundas da permissão de uso prevista neste decreto; j) restituir a área imediatamente, tão logo solicitada pela permitida, sem qualquer direito de retenção ou indenização pelas edificações e benfeitorias em construções, inclusive as necessárias, que passaram a integrar o patrimônio público municipal.

Art. 4º - A Prefeitura terá o direito de, a qualquer tempo, fiscalizar o cumprimento das obrigações estabelecidas neste decreto e no termo de permissão de uso.

Art. 5º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 25 de Maio de 1988, 4359 da fundação de São Paulo. JÂNIO DA SILVA QUADROS, PREFEITO CLÁUDIO LEMBO, Secretário dos Negócios Jurídicos...

DECRETO Nº 25.970, DE 25 DE Maio DE 1988 Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóveis situados no 269 subdistrito - Vila Prudente, necessários à execução do plano de melhoramentos públicos aprovado pela Lei nº 4.723, de 7 de junho de 1955.

JÂNIO DA SILVA QUADROS, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e na conformidade do disposto nos artigos 5º, letra "i", e 6º, do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 1º - Ficam declarados de utilidade pública, para serem desapropriados judicialmente ou adquiridos mediante acordo, os imóveis de propriedade particular, situados no 269 subdistrito - Vila Prudente, necessários à execução do plano de melhoramentos públicos aprovado pela Lei nº 4.723, de 7 de junho de 1955, com terras na área de 1.423,00 m² (um mil, quatrocentos e vinte e três metros quadrados), delimitada pelo perímetro 13-14-15-16-17-18-19-20-21-22-23-24-25-26-27-28-29-30-31-32-33-34-35-36-37-38-39-40-41-42-43-44-45-46-47-48-49-50-51-52-53-54-55-56-57-58-59-60-61-62-63-64-65-66-67-68-69-70-71-72-73-74-75-76-77-78-79-80-81-82-83-84-85-86-87-88-89-90-91-92-93-94-95-96-97-98-99-100, do arquivo do Departamento de Desapropriações, a qual, rubricada pelo Prefeito, fica fazendo parte integrante deste decreto.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução deste decreto correrão por conta das dotações próprias, consignadas no orçamento de cada exercício.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 25 de Maio de 1988, 4359 da fundação de São Paulo. JÂNIO DA SILVA QUADROS, PREFEITO CLÁUDIO LEMBO, Secretário dos Negócios Jurídicos...

DECRETO Nº 25.971, DE 25 DE Maio DE 1988 Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóvel situado no 479 subdistrito - Jabaquara, necessário ao alargamento de via pública.

JÂNIO DA SILVA QUADROS, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e na conformidade do disposto nos artigos 5º, letra "i", e 6º, do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública, para ser desapropriado judicialmente ou adquirido mediante acordo, o imóvel de propriedade particular, situado no 479 subdistrito - Jabaquara, necessário ao alargamento de via pública, contido na área de 41,60 m² (quarenta e um metros e sessenta decímetros quadrados), delimitada pelo perímetro 104-105-106-109-104, na planta anexa nº P-22.287-C3, do arquivo do Departamento de Desapropriações, a qual, rubricada pelo Prefeito, fica fazendo parte integrante deste decreto.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução deste decreto correrão por conta das dotações próprias, consignadas no orçamento de cada exercício.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 25 de Maio de 1988, 4359 da fundação de São Paulo. JÂNIO DA SILVA QUADROS, PREFEITO CLÁUDIO LEMBO, Secretário dos Negócios Jurídicos...

DECRETO Nº 25.972, DE 25 DE Maio DE 1988 Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóvel situado no 3º distrito - Itaquera, necessário à implantação de creche.

JÂNIO DA SILVA QUADROS, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e na conformidade do disposto nos artigos 5º, letra "i", e 6º, do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública, para ser desapropriado judicialmente ou adquirido mediante acordo, o imóvel de propriedade particular, situado no 3º distrito - Itaquera, necessário à ampliação de creche, contido na área de 1.323,00 m² (mil, trezentos e vinte e três metros quadrados), delimitada pelo perímetro 19-20-21-22-23-5-19, na planta anexa nº P-22-321-C2, do arquivo do Departamento de Desapropriações, a qual, rubricada pelo Prefeito, fica fazendo parte integrante deste decreto.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução deste decreto correrão por conta das dotações próprias, consignadas no orçamento de cada exercício.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 25 de Maio de 1988, 4359 da fundação de São Paulo. JÂNIO DA SILVA QUADROS, PREFEITO CLÁUDIO LEMBO, Secretário dos Negócios Jurídicos...

DECRETO Nº 25.973, DE 25 DE Maio DE 1988 Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóvel situado no 279 subdistrito - Tatuapé, necessário à execução do plano de melhoramentos públicos aprovado pela Lei nº 10.444, de 4 de março de 1988.

JÂNIO DA SILVA QUADROS, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e na conformidade do disposto nos artigos 5º, letra "i", e 6º, do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública, para o fim de ser desapropriado judicialmente ou adquirido mediante acordo, o imóvel de propriedade particular, situado no 279 subdistrito - Tatuapé, necessário à execução do plano de melhoramentos públicos aprovado pela Lei nº 10.444, de 4 de março de 1988, contido na área de 2.100,00 m² (dois mil e cem metros quadrados), delimitada pelo perímetro 1-2-3-4-5-6-1, na planta anexa nº P-25.913-E2, do arquivo do Departamento de Desapropriações, a qual, rubricada pelo Prefeito, fica fazendo parte integrante deste decreto.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução deste decreto correrão por conta das dotações próprias, consignadas no orçamento de cada exercício.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 25 de Maio de 1988, 4359 da fundação de São Paulo. JÂNIO DA SILVA QUADROS, PREFEITO CLÁUDIO LEMBO, Secretário dos Negócios Jurídicos...

DECRETO Nº 25.974, DE 25 DE Maio DE 1988 Dispõe sobre a integração dos cargos da carreira de Jardineiro, nos termos da Lei nº 10.252, de 22 de dezembro de 1986.

JÂNIO DA SILVA QUADROS, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e tendo em vista os termos da Lei nº 10.252, de 22 de dezembro de 1986.

Art. 1º - Ficam integrados nas classes II e I da carreira de Jardineiro, da Tabela III, da Parte Permanente do Quadro Geral do Pessoal, nos termos da Lei nº 10.252, de 22 de dezembro de 1986, nos graus em que se encontram, os cargos da referida carreira, cujos titulares são relacionados no Anexo Único, integrante deste decreto.

Parágrafo Único - A presente legislação é feita sem prejuízo de eventual decisão final que venha a ser proferida em inquérito administrativo instaurado contra funcionário integrado, em virtude de participação no movimento grevista deflagrado em março, e que se estendeu até meados de abril de 1987.

Art. 2º - As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 1987.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 25 de Maio de 1988, 4359 da fundação de São Paulo. JÂNIO DA SILVA QUADROS, PREFEITO CLÁUDIO LEMBO, Secretário dos Negócios Jurídicos...

ANEXO ÚNICO INTERCORRENTE AO DECRETO Nº 25.974, DE 25 DE Maio DE 1988

TABELA DE ENQUADRAMENTO

Table with columns: REGISTRO, NOME. Lists names and registration numbers for various public employees, including José Joaquim de Araújo, José Rodrigues Pereira, etc.